



O Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental, rede de organizações da sociedade civil brasileira que tem como missão criar oportunidades para que as pessoas e entidades conheçam as causas do aquecimento global e ajam para superá-las, saúda os trabalhos do Gabinete de Transição Governamental e, afim de que o próximo governo do Presidente Lula trate de forma adequada o tema das mudanças climáticas em suas ações e políticas, apresenta a este GT de Transição as seguintes propostas:

- 1) Realização, já em 2023, de uma grande CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS e uma Conferência Nacional Infanto-Juvenil sobre a mesma temática, como processo de sensibilização, educação e discussão deste tema pela população brasileira, bem como de proposição de ações e revisão da política nacional de mudanças climáticas.
- 2) Criação do programa MINHA CASA SOLAR, como grande programa federal de incentivo à geração própria e descentralizada de eletricidade pelas pessoas e famílias brasileiras a partir da energia solar fotovoltaica, com a meta de pelo menos 1 MILHÃO de sistemas descentralizados por ano de governo.
- 3) Adotar uma política nacional de efetiva redução do uso dos combustíveis fósseis na matriz energética brasileira, com uma MORATÓRIA DA EXPLORAÇÃO DE NOVOS POÇOS DE PETRÓLEO E GÁS e eliminação dos subsídios aos combustíveis fósseis.
- 4) Criação de uma política nacional de recuperação e proteção de nascentes, córregos e rios brasileiros, garantindo corredores bioculturais e adotando uma MORATÓRIA DE CONSTRUÇÃO DE EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS nos mesmos.
- 5) Estabelecer e efetivar um plano nacional pelo DESMATAMENTO ZERO, um plano nacional para a RECRIAÇÃO DE FLORESTAS e um plano nacional de PREVENÇÃO E COMBATE AOS INCÊNDIOS CRIMINOSOS.
- 6) Efetivar a POLÍTICA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO AOS PROCESSOS DE DESERTIFICAÇÃO, promovendo a atualização e efetivação do Plano Nacional de Combate à Desertificação e entendendo e reconhecendo este como um problema de todos os biomas brasileiros.
- 7) Adotar o respeito aos DIREITOS DA NATUREZA em todas as políticas e ações federais e propor uma Emenda Constitucional que reconheça formalmente a natureza como sujeito de direitos.
- 8) Suspender as que já foram concedidas e não conceder novas autorizações, concessões públicas e licenças ambientais a empreendimentos energéticos, de mineração, transportes, e quaisquer outras sem a devida consulta e consentimento prévio, livre e informado às comunidades afetadas.
- 9) ABANDONAR O USO DA ENERGIA NUCLEAR, uma falsa solução às mudanças climáticas, com o descomissionamento das usinas de Angra 1 e 2 e a não conclusão de Angra 3.
- 10) Ratificação pelo Governo Brasileiro do ACORDO DE ESCAZÚ, com a sua efetiva implementação nas políticas nacionais.